

FMI terá mais dinheiro para emprestar. Mas o total é segredo.

FÁBIO PAHIM JÚNIOR, ENVIADO ESPECIAL

aumento da cotas do Fundo Monetário "será substancial", segundo o presidente do Comitê Interino da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), Onno Ruding. Sem explicitar, Ruding julgou "50, 60 ou 67 por cento", números plausíveis, embora "não haja decisão final". Se aprovado, isto corresponderá a um acréscimo entre US\$ 60 e US\$ 80 bilhões, a serem efetivados nos dois anos seguintes aos da aprovação, que poderá ocorrer ainda este ano. Mas o aumento ainda "depende de progressos", esclareceu ontem o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, em entrevista coletiva a mais de 200 jornalistas de todo o mundo, na sede do Fundo, em Washington.

A astrologia foi invocada por um jornalista asiático para afirmar que o aumento das cotas será de 50% (US\$ 60 bilhões) e ocorrerá ainda este ano, mas Ru-

ding não acolheu nem repudiou a previsão. Tampouco confirmou se o Japão aumentará seu peso no FMI, como se supõe, enquanto Estados Unidos e Grã-Bretanha adiam decisões internas sobre o aumento. Nos Estados Unidos, os governantes temem a acusação de que novos aportes de recursos ao FMI acabem sendo usados pelos países devedores para pagar os bancos — subtraindo votos de eleitores que preferem ver o dinheiro investido em programas domésticos. Principalmente porque o déficit fiscal reestimado em julho poderá atingir US\$ 148 bilhões este ano, caindo pouco em relação aos US\$ 151 bilhões de 1987 e aos US\$ 155 bilhões de 1988 (3,2% do Produto Bruto dos norte-americanos, de US\$ 4.839 trilhões).

A escala de prioridades do Fundo, segundo Camdessus, é a seguinte: 1) assegurar ao FMI o papel central para manter a estabilidade do Sistema Financeiro

Internacional; 2) dispor de recursos para atender à crescente demanda de recursos; 3) ter capacidade para "ações decididas dentro da estratégia da dívida externa", colaborando com países do Leste Europeu (como Polônia e Hungria), e com outros países em desenvolvimento; 4) garantir que o FMI inspire confiança tanto junto aos seus 152 países-membros como junto aos mercados — ou seja, portando-se como um banco.

No comunicado oficial do Comitê Interino, afirmou-se a urgência de "restabelecer um ritmo de crescimento econômico satisfatório nos países em desenvolvimento que se vêem com dificuldades para servir a dívida". Este é o caso do Brasil, não citado nominalmente por Camdessus ou Onno Ruding — como é o costume nas declarações **on the records**.

"Se o aumento de cotas não for considerável, teremos falta de liquidez", advertiu Camdessus.

JORNAL DA TARDE
26 SET 1988
Divida Ex-Ex

Maílson justifica suspensão do pagamento. Mas não convence.

PAULO SOTERO, ESPECIAL PARA O JT.

Para explicar a decisão brasileira de interromper o pagamento de juros aos bancos credores, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, reuniu-se ontem, em Washington, separadamente, com os ministros das Finanças dos Estados Unidos (Nicholas Brady), da Inglaterra (Nigel Lawson) e do Japão (Ryutaro Hashimoto). Ao final dos encontros, Maílson disse ao correspondente **Paulo Sotero** que não tinha "como garantir deles uma atitude de compreensão para com os problemas do Brasil".

Em outra indicação das dificuldades que vem enfrentando em Washington, onde vai representar o Brasil na reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o ministro confessou que também não tem grandes expectativas quanto à liberação, a curto prazo, de recursos das duas instituições. De acordo com a estratégia que o governo vinha trabalhando há algumas semanas, esses recursos viriam como parte de um

programa econômico de curta duração que vem sendo negociado com o FMI. A aprovação do programa permitiria liberar outros recursos externos anteriormente acertados e possibilitaria ao País retomar o pagamento do serviço da dívida aos bancos sem prejudicar o nível de reservas.

"Deixei minha bola de cristal em casa. É difícil prever quando — e principalmente quanto — o Fundo Monetário e o Banco Mundial liberarão recursos", afirmou Maílson, em resposta a uma pergunta da platéia, durante uma conferência sobre as perspectivas da economia brasileira, patrocinada pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, de Nova York, e pela Corporação Financeira Internacional, uma agência do Banco Mundial.

Tanto nas conversas com seus colegas de países industrializados como na conferência, o ministro da Fazenda disse que a decisão do Brasil de parar de pagar os juros da dívida aos bancos não deve ser interpretada como um gesto hostil.

"Nossa atitude não é de confrontação", enfatizou Maílson. "Deixamos de pagar não porque somos a favor de acumular atrasos com os credores, mas em função de um problema de fluxo de caixa". O ministro explicou que o governo optou pela preservação do nível de reservas para evitar uma crise cambial e o descontrole da inflação.

Em Washington, Maílson está colocado na difícil situação de ter que falar em nome de um governo desacreditado e em fim de mandato. Na conferência, ele contrastou as dificuldades do presente com as possibilidades do futuro, chamando a atenção para a vitalidade do setor privado brasileiro. Um diplomata americano que assistiu à conferência disse que ao ouvir Maílson falar sobre a política econômica do governo Sarney, lembrou o que se dizia em Washington há vinte anos, quando o então secretário de Estado Dean Rusk justificava o envolvimento dos EUA no Vietnã: "Um homem tão bom defendendo uma causa perdida".